pública central, regional e local e ainda pelas entidades de carácter associativo e privadas que manifestarem o seu empenhamento. Estas redes podem, designadamente, ser constituídas por:

- a) Serviços desconcentrados da Administração Pública e, mais em particular, dos Ministérios para a Qualificação e o Emprego, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Educação e da Economia;
- b) Autarquias locais e suas associações;
- c) Associações sindicais;
- d) Associações empresariais;
- e) Associações de desenvolvimento local e similares;
- f) Instituições particulares de solidariedade social e entidades de utilidade pública;
- g) Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional, de investigação e de transferência de tecnologia;
- h) Representantes de empresas significativas ao nível regional.

6 — Constituem actividades a privilegiar na acção das redes regionais para o emprego:

- a) A divulgação de informação, para os actores locais e as populações, sobre os instrumentos de promoção do emprego, de qualificação e de desenvolvimento regional e rural;
- b) O apoio técnico às populações e empresas, facilitando o acesso aos programas e instrumentos existentes e ao desenvolvimento de projectos;
- c) A organização de intervenções formativas e educativas adequadas às necessidades locais de desenvolvimento, nomeadamente as que satisfaçam a expectativa das populações, bem como as que estimulem uma atitude de aprendizagem permanente;
- d) A promoção local do emprego, da inserção profissional de desempregados, candidatos a emprego e categorias desfavorecidas e da prevenção dos problemas de emprego dos trabalhadores em risco;
- e) A dinamização da iniciativa empresarial, da criação de empresas, das reconversões empresariais e da captação de investimentos e recursos;
- f) O diagnóstico dos problemas de sobrevivência e recuperação de sectores tradicionais, no sentido de avaliar as necessidades de reforço das capacidades e das competências locais;
- g) O diagnóstico das necessidades de infra-estruturas e a identificação de serviços de proximidade, nomeadamente de lazer, culturais e recreativos, sociais e ambientais, que promovam o bem-estar das populações e a fixação dos jovens;
- h) O apoio e a dinamização de serviços de proximidade.

7 — As redes regionais para o emprego disporão de um suporte organizativo para gestão e animação das estruturas regionais e locais que concretizam as respectivas actividades, contemplando a seguinte estrutura:

- a) Fórum regional para o emprego, destinado ao desenvolvimento da concertação estratégica, com funções de consulta e reflexão prospectiva,

devido a sua constituição resultar de protocolo a celebrar com os parceiros interessados em cada zona específica. O fórum regional para o emprego dispõe de uma unidade permanente de acompanhamento, composta pelo delegado regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que preside, por um representante de cada ministério e de cada município envolvido e por um representante de cada parceiro social;

- b) Núcleo coordenador, com carácter operacional e de montagem e desenvolvimento de cada rede, articulando as entidades constituintes na zona respectiva e com a seguinte composição:

Delegado regional do IEFP, que coordena;
Directores dos centros de emprego e centros de formação profissional do IEFP;
Um representante de cada município envolvido;
Um representante da correspondente comissão de coordenação regional;

- c) Unidade de apoio técnico, com recursos disponibilizados pelas diferentes entidades constituintes de cada rede, suportada por financiamento específico.

8 — A gestão global das redes regionais para o emprego assim como a criação das condições técnico-financeiras necessárias à sua concretização são asseguradas pelo Ministério para a Qualificação e o Emprego, com o apoio dos Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Educação e da Economia.

Presidência do Conselho de Ministros, 20 de Dezembro de 1997. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 26/98

de 14 de Janeiro

Considerando que no quadro de pessoal do Hospital de São João de Deus, aprovado pela Portaria n.º 290/93, de 13 de Março, na carreira médica hospitalar, área funcional de ginecologia, o lugar de chefe de serviço, a extinguir quando vagar, se encontra extinto, por motivo de o respectivo titular, Dr. Azy Augusto Ferreira Leite, ter passado à situação de licença sem vencimento de longa duração em 2 de Março de 1994;

Considerando que o referido funcionário requereu o seu regresso ao serviço e que o direito de regresso prevalece sobre as normas que determinam a extinção de lugares à medida que vagarem;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Saúde e Adjunto, que no quadro de pessoal do Hospital de São João de Deus, aprovado pela Portaria n.º 290/93,

de 13 de Março, posteriormente alterado pela Portaria n.º 381/96, de 20 de Agosto, seja criado na carreira médica hospitalar, área funcional de ginecologia, um lugar de chefe de serviço, a extinguir quando vagar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 10 de Dezembro de 1997.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 27/98

de 14 de Janeiro

Na perspectiva da reformulação do regime de obrigatoriedade do recurso aos serviços de pilotagem e procurando introduzir mecanismos de racionalização e flexibilidade na pilotagem dos portos e barras, a Portaria n.º 238-A/97, de 4 de Abril, iniciou um período experimental de transição, o qual tem decorrido com sucesso.

Neste sentido, enquanto decorrem os trabalhos destinados à reformulação do referido regime de obrigatoriedade:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem dos Portos e Barras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/89, de 19 de Maio, e do artigo 5.º da Portaria n.º 238-A/97, de 4 de Abril, que sejam prorrogados por mais 90 dias os efeitos da Portaria n.º 238-A/97, de 4 de Abril.

Ministérios da Defesa Nacional e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 12 de Dezembro de 1997.

O Ministro da Defesa Nacional, *José Veiga Simão*. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 28/98

de 14 de Janeiro

Tendo em vista a necessidade de fazer representar na Comissão de Normalização Contabilística a Associação dos Técnicos Oficiais de Contas:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 410/89,

de 21 de Novembro, que os n.ºs 7.º e 10.º da Portaria n.º 262/87, de 3 de Abril, passem a ter a seguinte redacção:

«7.º

[...]

1 —

a)

b)

c) Pelos seguintes representantes das associações profissionais de técnicos:

Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), com dois membros;

Associação Portuguesa de Economistas, com um membro;

Sindicato dos Economistas, com um membro;

Associação Portuguesa de Contabilistas (APC), com dois membros;

Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC), com um membro;

Câmara dos Técnicos de Contas, com um membro;

Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC), com dois membros;

d)

e)

f)

10.º

[...]

1 — A comissão executiva é constituída por 13 membros do conselho geral, designados por períodos de três anos, renováveis.

2 —

3 — Os restantes membros serão:

Um dos representantes efectivos da DGCI;

Um dos representantes efectivos da IGF;

Um dos representantes efectivos da CROC;

Um dos representantes efectivos da APC;

Um dos representantes efectivos das duas associações de economistas constantes da alínea c) do n.º 1 do n.º 7.º, em regime de rotação de mandatos;

Um dos representantes efectivos da ATOC;

Um dos representantes efectivos de outras duas associações de técnicos de contas constantes da alínea c) do n.º 1 do n.º 7.º, em regime de rotação de mandatos;

Dois dos representantes efectivos das instituições de ensino e científicas, eleitos por escrutínio secreto pelos membros constantes da alínea d) do n.º 1 do n.º 7.º;

Um dos representantes efectivos do sector público empresarial, eleito por escrutínio secreto pelos membros constantes da alínea f) do n.º 1 do n.º 7.º;